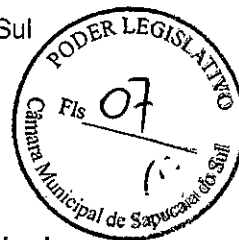




CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Processo nº 0147.001.0006914

Requerente: Vereador Gervásio Santana

Súmula: Projeto de Lei que "Dispõe sob re a obrigatoriedade de utilização de tela de proteção no serviço de corte de grama nos canteiros centrais de avenidas, rotatória e laterais das [SIC]

RELATÓRIO

Versa o expediente sobre projeto de lei legislativo, de autoria de vereador com assento nesta edilidade, cujo escopo "*dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de tela de proteção no serviço de corte de grama nos canteiros centrais de avenidas, rotatórias e laterais das vias públicas*". Vem o feito instruído com mensagem justificativa e projeto de Lei em anexo.

PARECER

Relativamente à iniciativa sobre a matéria proposta, verifica-se que **o conteúdo das regras recai apenas sobre particulares, sem imposição de obrigação à Administração Municipal**. Assim, entendemos que iniciativa legislativa está ao alcance de qualquer dos membros da edilidade, nos termos do art. 54, II da Lei Orgânica do Município.

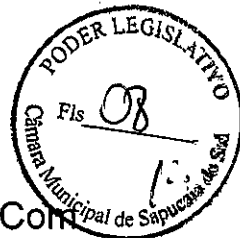
No que diz respeito propriamente às obrigações contidas na regulamentação, observa-se que efetivamente consignam interesse público, qual seja, preservação da segurança dos munícipes, situação que se enquadra no exercício legítimo do poder de polícia conferido ao Poder Público. Segundo Hely Lopes Meirelles (*in* "Direito Municipal Brasileiro", 17ª Edição, Malheiros Editores, SP, 2014 p.490-491):

O objeto do poder de polícia administrativa é todo bem, direito ou atividade individual que possa afetar a coletividade ou pôr em risco a defesa nacional, exigindo, por isso mesmo,



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



regulamentação, controle e contenção pelo Poder Público. Com esse propósito, a Administração pode condicionar o exercício de direitos individuais, pode delimitar a execução de atividades, como pode restringir o uso de bens que afetem a coletividade em geral, ou contrariem a ordem jurídica estabelecida ou se oponham aos objetivos permanentes da Nação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as informações que julgamos pertinentes, encaminhamos o expediente à sua tramitação regimental, para análise das comissões de mérito competentes no âmbito desta nobre Casa Legislativa e posterior deliberação plenária. À consideração superior, e com aprovação, encaminhe-se o feito à Diretoria Legislativa para as diligências de praxe.

Sapucaia do Sul, 16 de julho de 2018


Pablo José Camboim de Souza
OAB/RS 50.493
Matrícula 881

Aprovo .


João Roberto da Fonseca Junior
Procurador Chefe
OAB/RS 69.257